

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – SC

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2022 FMS

O Instituto Beneficente de Habitação, de Assistência Social, de Educação e Saúde – IBHASES, associação civil sem fins lucrativos, devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob o n° 11.421.131/0001-69, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **SANDRO ANDRETTI DA COSTA**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG n° 1/R 2306954, e inscrito no CPF/MF sob o n° 730.290.849-49, vem à presença de Vossa Excelência, para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** no qual faz consubstanciado nas seguintes razões de fato e de direito a seguir delineadas.

1. DA BREVE SÍNTESE

O Município de Navegantes, por intermédio de sua Secretaria de Saúde, lançou o **EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2022 FMS** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando o “**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, FARMACÊUTICO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMAGEM, ODONTOLOGIA E ENGENHEIRO DE ALIMENTOS, PARA ATENDER NO CIS, POLICLÍNICA E UNIDADES DE SAÚDE DETERMINADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC**”, sendo designado o dia 17 (dezessete) de Maio de 2022, às 14h (catorze horas) para a abertura das propostas.

Buscando participar do referido certame, o Impugnante adquiriu cópia do instrumento convocatório, a fim de reunir a documentação necessária para sua habilitação e formulação de proposta.

Ao analisar os termos do Edital, deparou-se com requisitos e condições que maculam a validade do certame, violando dentre outros, o princípio da isonomia e frustrando o caráter competitivo do certame, conforme adiante demonstrado.

2. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Estabelece o instrumento convocatório de Pregão Presencial, no item 13., e no item 13.1, que as Impugnações ao Edital deverão ser protocolizadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, tal como se observa aqui.

“13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

13.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.”

Assim, considerando-se que a sessão pública para abertura das propostas está marcada para o dia 17 (dezesete) de Maio de 2022, a data limite para impugnação é 12 (doze) de Maio de 2022.

Nota-se que a presente peça impugnatória é tempestiva, razão pela qual passamos à apresentação dos fatos e fundamentos jurídicos. No tocante a legitimidade verifica-se que a impugnante possui total interesse no processo devido estar inserida no mercado no ramo que se pré-dispõe a contratar.

3. DOS MOTIVOS PARA A IMPUGNAÇÃO – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA – ITEM 8.5 (8.5.1, 8.5.2. e 8.5.3.)

Em primeiro momento, faz-se citar os textos do presente instrumento editalício que merecem reforma, motivo pelo qual, se faz como necessária a presente Impugnação.

“8.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1 O participante do certame deverá apresentar a seguinte documentação referente aos itens cotados:

8.5.2 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições e características semelhantes com o objeto desta licitação. Não será aceito atestado de capacidade técnica, subscrita pela própria empresa participante do certame.

8.5.3 A empresa deverá possuir no mínimo 02 (dois) profissionais dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 01 (um) profissional do item 08 e 09 em seu quadro de funcionários na data prevista para a entrega da proposta,

sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) Se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) Se prestador de serviços: através de Contrato de prestação de serviço;
- c) Se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;
- d) Se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela prestação dos atendimentos especializados.”

Ocorre, entretanto, que a exigência de contratação de pessoal **ANTERIOR** à celebração do contrato a ser firmado com a vencedora do certame, proveniente do presente processo licitatório fere complemento o que determina a Súmula nº 272 de 2012, que assim determina:

“SÚMULA Nº 272/2012

No edital de licitação, **é vedada a inclusão de exigências de habilitação** e de quesitos de pontuação técnica para **cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.**” (grifo nosso)

Ou seja, denota-se uma completamente onerosidade ao Licitante, ora aqui Impugnante, para simplesmente poder “participar” do presente certame, arcando-se em custos que sequer se sabe se logrará como vencedor.

Não obstante, vê-se que o próprio Tribunal de Contas da União em vários julgados passados, já vem decidido de forma uniforme sobre tal questão, vide entendimentos que aqui merecem ser citados:

“Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1227/2009 Plenário

É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. Acórdão 539/2007 Plenário (Sumário)

Envide esforços de modo a limitar as exigências editalícias ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e a definir de maneira clara os critérios para avaliação dos documentos habilitatórios e das propostas apresentadas pelas licitantes, evitando restrição ao caráter competitivo do certame e julgamento subjetivo na elaboração de seus editais de licitação, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 3º, 27 a 31, 40, inciso VII, 44, caput e § 1º, e 45 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 110/2007 Plenário”

Ora, é clara a vedação imposta pela Súmula nº 272 do TCU, tendo em vista que a legislação vigente é clara ao estabelecer a observância, pela Administração Pública, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, em todos os seus atos, dentro os quais se incluem os editais de licitação.

Contudo, ao se exigir a contratação de pessoas em momento anterior à assinatura do contrato a ser celebrado ao vencedor do presente certame, significa em implicar custos não necessários a período anterior a celebração do contrato, garantindo-se assim o respeito do princípio da igualdade entre os licitantes.

Observa-se ainda que, o princípio da razoabilidade fomenta o cuidado para que nenhum critério de seleção venha a violar os princípios da legalidade e da competitividade, por exigir (ou mesmo pontuar), na abertura da licitação, condição para a qual os licitantes precisem incorrer em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato ou que potencialmente frustrem o caráter competitivo do certame.

Ou seja, vê-se que, no momento da confecção do Edital em questão, foram incluídas cláusulas completamente ilegais, devendo estas ser consideradas como inválidas, por macular toda a licitação em si.

E mais, o próprio Superior Tribunal de Justiça já decidiu sobre tema semelhante, em RE 447.814/SP, que segue abaixo:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Não há que se falar em omissão no julgado impugnado se este, apesar de deixar de fazer menção expressa ao argumento levantado pela parte, adota posicionamento contrário à tese por ela exposta.

2. A licitação pública caracteriza-se como um procedimento administrativo que possui dupla finalidade, sendo a primeira a de escolher a proposta mais vantajosa para a Administração e a segunda, a de estabelecer a igualdade entre os participantes.

3. A possibilidade de anulação do procedimento licitatório após celebrado o contrato administrativo não suscita maiores dúvidas, porquanto a própria Lei 8.666/93 dispõe que a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato dele decorrente.

4. Não observadas as regras legais que regulam tal procedimento, de modo a causar prejuízo à Administração Pública ou a qualquer das partes, impõe-se o reconhecimento da nulidade.

5. A exegese do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93, mostra que a redação do mesmo é dirigido à autoridade administrativa e não à judiciária.

6. Recursos conhecidos, porém, desprovidos.”

(REsp 447.814/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2002, DJ 10/03/2003, p. 112) (grifo nosso)

E mais, a própria Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.113/2021) define nos Arts. 9º, inciso I, alínea “a” e Art. 11, inciso II, quanto a necessidade de atendimento ao princípio da Isonomia, tal como se vê aqui:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...)

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;” (grifo nosso)

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;”

Portanto, denota-se que é devido o respeito ao Princípio da Impessoalidade, ou da Isonomia, uma vez que todos os licitantes interessados deverão ser tratados com absoluta e completa neutralidade, devendo também o julgamento ser de forma imparcial, não se levando em consideração quaisquer exigências que somente poderão ser feitas à empresa vencedora do certame, e não às interessadas em participar da licitação, tal como o Edital aqui impugnado assim exige, violando claramente o entendimento legal demonstrado.

Logo, evidenciada a clara ilegalidade de tais itens, vê-se como devidos a sua impugnação nos termos anteriormente listados.

4. DOS REQUERIMENTOS

Nestes termos, a requerente pugna a esta douta Comissão:

a) seja recebida a presente manifestação como impugnação o Edital ou, alternativamente, como manifestação do exercício do direito constitucional de petição;

b) seja provida a presente impugnação para que sejam escoimadas a ilegalidade apontada, com a consequente republicação do edital e reabertura do prazo para formulação das propostas.

c) Ademais, requer ainda que, caso não seja corrigido o presente Edital nos itens ora impugnados, que seja mantida a irresignação da ora aqui Impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da Autoridade Competente para tanto

Pede deferimento.

De São José/SC para Navegantes/SC, 11 (onze) de Maio de 2022.

**Instituto Beneficente de Habitação, de Assistência Social,
de Educação e Saúde – IBHASES**
SANDRO ANDRETTI DA COSTA



Escritório
Rua Sebastião Furtado Pereira, 60
7º Andar - Sala 704
Barreiros - São José - SC
CEP 88117-400
(48) 3380-0089 



Comunidade Terapêutica
Servidão Amantino Cameu, 812
Rio Tavares - Florianópolis - SC
CEP 88048-413
(48) 3226-7609 



Casa de Apoio
Rua João Ambrósio da Silva, 636
Ipiranga - São José - SC
CEP 88111-550
(48) 3246-4332 